

A ÉTICA NO BRASIL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

ETHICS IN BRAZIL AND LIBERATION THEOLOGY

Marta Luzie de Oliveira Frecheiras¹

Resumo: A ética teológica é distinta da ética filosófica principalmente porque o seu fundamento teórico está associado ao núcleo da pessoa de Jesus de Nazaré. Por essa razão, ela exige um conhecimento de cunho judaico e semítico, e não, somente grego, seja ele na retórica ou na antropologia. Logo, somente os autores que corroboram a perspectiva antropológica que leva em consideração o conceito de alteridade relacional, em lugar de privilegiar o conceito de ser e de identidade, podem ter lugar aqui. O primado semítico não é ontológico, e sim ético, porque compreende o ser humano, antes de tudo, como um ser relacional. Foi a partir da leitura da história do povo de Deus, de uma hermenêutica intersubjetiva, que foi possível, para esse povo, compreender quem era Deus. Essa compreensão dinâmica continua até os dias atuais. Além disso, esse primado ético-relacional diz respeito ao entendimento que o povo de Israel teve do que quer dizer “transcendência”. O povo de Deus percebeu que os eventos mais significativos e importantes da vida humana só acontecem desde a vivência da temporalidade histórica, e não, por meio do processo de abstração, conforme pensa a filosofia. Foi um esforço teórico da teologia, a inserção do conceito de transcendência horizontal/temporal no pensamento do século XX. Sendo assim, por meio deste artigo, pretendemos pensar a ética teológica do Brasil, na atualidade. A ética é pensada a partir dos problemas políticos, sociais e econômicos que o país se nos apresenta. Por essa razão, relembramos o papel da Teologia da Libertação, um pensamento político-intelectual que foi gestado no seio da América Latina e do Brasil, um pensamento peculiar e próprio dessas paragens. Nesse sentido, apresentaremos algumas questões éticas principais da atualidade, tais como: o conceito de solidariedade e vulnerabilidade, a ética das emoções, e também a bioética. Contudo, nenhum desses temas será tratado sem a devida fundamentação filosófica.

Palavras-chave: Ética; Filosofia; Teologia.

Abstract: Theological ethics is distinct from philosophical ethics mainly because its theoretical foundation is associated with the core person of Jesus of Nazareth. For this reason, it requires knowledge of a Jewish and Semitic nature, and not just Greek, whether in rhetoric or anthropology. Therefore, only authors who corroborate the anthropological perspective that takes into account the concept of relational alterity, instead of privileging the concept of being and identity, can have a place here. Semitic primacy is not ontological, but ethical, because it understands the human being, above all, as a relational being. It was from reading the history of the God’s people, from an intersubjective hermeneutic, that it was possible for these people to understand who God was. This dynamic

¹ Professora titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); bacharel, mestre, doutora pela UFRJ e pós-doutora em Filosofia (LMU/UCM). É também bacharel, mestre e doutora em Teologia Moral pela PUC-Rio; psicanalista clínica e didata, pertencente à Sociedade Brasileira de Psicanálise Moderna (SBPM). E-mail: marta.luzie@uol.com.br

understanding continues to the present day. Furthermore, this ethical-relational primacy concerns the understanding that the people of Israel had of what “transcendence” means. The God’s people realized that the most significant and important events in human life only happen through the experience of historical temporality, and not through the process of abstraction, as philosophy thinks. It was a theoretical effort of theology, the insertion of the concept of horizontal/temporal transcendence into 20th century thought. Therefore, through this article, we intend to think about theological ethics in Brazil today. Ethics is thought of based on the political, social and economic problems that the country presents to us. For this reason, we remember the role of Liberation Theology, a political-intellectual thought that was created within Latin America and Brazil, a peculiar thought specific to these parts. In this sense, we will present some main current ethical issues, such as: the concept of solidarity and vulnerability, the ethics of emotions, and also bioethics. However, none of these topics will be treated without the appropriate philosophical foundation.

Keywords: Ethics; Philosophy; Theology.

Introdução

Muitos ainda se perguntam: o que foi feito da Teologia da libertação? A quantas anda? Ela surgiu na América Latina após o Concílio Vaticano II, ao sabor do vento da liberdade dos filhos de Deus, que amam o planeta Terra e a criação e querem aqui habitar pacificamente, e como irmãos, cuja morada é a mesma e a única habitação possível e humanamente conhecida.

A teologia da Libertação nasceu como uma resposta possível, dada pela voz e pelo grito de dor dos mais pobres e excluídos do sistema econômico. Por isso, ela surgiu na América Latina, um continente que foi ocupado por estrangeiros, que impuseram seus valores e normas de vida, e que, durante muito tempo, lutaram pela divisão de suas terras gastando os bens naturais e populacionais existentes. Os teólogos da época e os quarenta e dois bispos que realizaram o “Pacto das Catacumbas²” foram apenas o coração sensível e amoroso que se deu conta do sofrimento do povo de Deus. Contudo, após aquele longo papado de João Paulo II, o segundo papado mais longo da História da Igreja, que durou trinta e um anos e sete meses, no qual ele se esforçou por dirimir a voz da Teologia da Libertação, considerada “coisa” de

² Em 16 de novembro de 1965, com o Concílio Vaticano II prestes a ser concluído e sob a liderança do Papa Paulo VI, quarenta e dois bispos assinaram um acordo: o Pacto da Igreja Servidora e Pobre, mais conhecido como “Pacto das Catacumbas”. Eles se comprometeram a levar uma vida de pobreza e a assumir o clamor dos mais empobrecidos. Esse gesto ainda é um horizonte de vida e de esperança, não só para a Igreja, mas também para todos os habitantes do planeta.

comunistas³, a Teologia da Libertação precisou se reinventar. Além disso, com o tempo, novos processos de libertação surgiram. Novos gritos foram entoados, não só pelos mais pobres, mas também pelas minorias, excluídas do sistema econômico, mas também alijadas da vida moral, por serem consideradas cidadão de segunda categoria, como se isso fosse possível ontologicamente falando.

Daí a importância fundamental da Ética Teológica para os tempos atuais. Ela se ocupa do agir moral do ser humano segundo o seguimento de Jesus de Nazaré, partindo do texto bíblico, da Tradição e do Magistério, ainda que tenha havido e haja muitos embates com o Magistério eclesiástico. Ninguém melhor do que ela para proclamar a igualdade e a equidade de todos os seres humanos, segundo o projeto de Deus para a humanidade e para a criação.

A Ética Teológica compreendeu, a partir das inovações pastorais do Concílio Vaticano II, que convida ao diálogo com as Ciências Humanas, que a essência do ser humano, ou seja, a sua natureza é um misto de natureza biológica e cultura. A cultura faz parte da essência social da humanidade. Exatamente por isso, os costumes, os valores e a compreensão moral mudam a cada época. Cabe à Ética Teológica esse exame e esse discernimento desde o tripé supracitado. Nesse sentido, a natureza humana não está, de modo algum, reclusa à natureza biológica.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo será o de apresentar alguns temas da Ética teológica trabalhados pelos teólogos e teólogas brasileiros e que demonstram estar coadunados com a Teologia da Libertação atual, principalmente com os novos assuntos introduzidos no debate contemporâneo, tais como: o conceito de solidariedade e vulnerabilidade, a ética das emoções e também a bioética. Contudo, nenhum desses temas será tratado sem a devida fundamentação filosófica.

1. A Bioética

O que significa viver no Brasil? Essa pergunta é fundamental se quisermos pensar o tema da bioética a partir do nosso contexto. Caso contrário, colocamo-nos para fora do princípio da realidade.

³ Essa questão é assaz importante, já que houve uma confusão conceitual do que significa “comunismo”. O que ocorreu foi apenas a junção da opção preferencial pelos pobres vigente no texto bíblico, com o anseio de uma justiça social, uma melhor distribuição de renda populacional. Isso não significa ateísmo, tampouco abandono das coisas de Deus, ou sequer abandono da moral cristã. A questão da justiça social está presente tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento.

No Brasil, tanto a vida, quanto a morte, e a liberdade encontram-se vivamente conectadas, haja vista o fato de a maior parte da população carcerária brasileira ser composta de pretos e de pobres. Além disso, a fome, as doenças, e a falta de saneamento básico, nas grandes cidades, são constantes desafios à vida plena e digna no Brasil. Junte-se a isso, as dificuldades de vida encontradas por indígenas e quilombolas no interior do país, bem como os problemas de tráficos de órgãos, tráfico humano, tráfico de animais, além da presença de garimpeiros e grileiros na Amazônia, e do forte uso de agrotóxicos na agricultura. Soma-se a isso o aumento das queimadas na floresta amazônica.

Por isso, falar de bioética desde o Brasil, sem tocar nas questões cruciais relativas à pobreza, à miséria, à fome, e à saúde pública, significa compreender o termo “bioética” apenas no sentido proveniente da expressão em língua inglesa “*biomedical ethics*”, que posteriormente passou a ser utilizada somente no sentido mesmo de “bioética”, sem a conotação exclusivamente médica.

Alguns especialistas na área podem contrapor-se ao afirmar que já existe uma área específica da teologia moral que lida com temas abrangentes e relativos à sociedade que é a ética social ou moral social. E que, por essa razão, a bioética deveria restringir-se aos aspectos estritamente relativos à vida. No entanto, sem uma hermenêutica especificamente brasileira, este artigo perde o sentido de ser.

É claro que, no Brasil, são investigados os mais diversos temas de bioética, também aqueles relativos à manipulação genética, aos transplantes, de cunho mais médico. Outrossim, há obras importantes de teólogos brasileiros relativos ao aborto, à eutanásia (ANJOS, 1976)⁴ e outros temas atuais, tais como: bioética e gênero; ética profissional e bioética⁵; e os desafios globais da bioética e a participação brasileira. Todavia, o objetivo precípuo desta discussão é trazer à luz o princípio fundamental que embasa a reflexão da bioética no Brasil: o cuidado preferencial pelos pobres. Como afirma Fabri:

Mais importante do que discutir qual extensão dar à Bioética, é dar atenção ao modo de tratar teologicamente os temas a ela atribuídos. É possível então que ao final se concorde que a bioética esteja reunindo alguns temas tirados da vida, que é ao mesmo tempo individual e social, para uma consideração mais particularizada (ANJOS, 1988, p. 215).

⁴ Nessa obra o autor demarca a distinção entre o nível embrionário e a posterior condição de vida social após o nascimento do bebê. Ele traz a importante questão de se pensar o tema do aborto levando em consideração a qualidade de vida e do bebê ao longo da vida. É necessário que a sociedade se considere responsável por cada cidadão que nasce, em lugar de ocupar-se apenas com a temática moralista do aborto.

⁵ Aqui entra em questão o excesso de trabalho, a fim de se poder sobreviver economicamente, o que muitas vezes acarreta casos de *burnout*, ou mesmo de problemas de saúde mental, tais como depressão, ansiedade e síndrome do pânico.

Essa premissa básica do estudo da teologia moral no Brasil, encontra o seu fundamento no horizonte ético da deontologia de base filosófica kantiana. A deontologia, ou a teoria do dever moral, não avalia a ação a partir da utilidade ou da consequência da ação, mas avalia a ação em si mesma, pelo tipo de ação moral que ela é.

Essa teoria encontrou o seu ápice no pensamento de Immanuel Kant (1724-1804), que realizou uma inversão copernicana na esfera moral, pois de uma ética realista passou para uma ética idealista. De uma ética heterônoma, para uma ética autônoma, porque já não entendemos por moral nossa submissão a leis e fins que a natureza nos impõe, mas a leis que nós mesmos damos, para regular nossa liberdade interna e externa. Kant presumia que a moralidade poderia restringir-se a um único princípio último: o imperativo categórico⁶. Em sua obra denominada *A Fundamentação Metafísica dos Costumes*, ele diz: “age somente de acordo com aquela máxima a qual você possa, ao mesmo tempo, querer que se torne uma lei universal” (KANT, 1995, p. 59).

Segundo Kant, a racionalidade prática é o fundamento da moral, porque a razão é o único princípio que pode tentar incidir sobre a vontade humana, pois a razão é uma lei válida e universal e, por isso, capaz de conduzir as ações humanas. Nesse sentido, não é para o ser humano agir por impulso, nem por querer, nem pela utilidade, mas agir, sim, segundo os ditames da razão, ainda que, com a nossa ação, não consigamos obter a felicidade imediata. É importante ressaltar que o que está em jogo na deontologia é o agir segundo o dever; segundo o dever conferido pela razão moral.

Outro aspecto também muito interessante que surge com a deontologia é a ideia de direitos morais, porque é incorreto violar o direito de uma pessoa ou de uma comunidade, grupo social ou nação, a fim de obter melhores resultados no seu intento. Por esse motivo, a deontologia é considerada uma teoria de direitos e deveres. Kant também introduziu, no seio da filosofia moral, a noção de valor intrínseco à pessoa, pois, segundo a razão, o valor da pessoa não está na função que ela exerce, nem nas ações que executa, tampouco na beleza ou na inteligência; muito menos, ainda, na capacidade física; o valor moral está no fato de ser simplesmente humano.

⁶ O imperativo categórico é o princípio objetivo e válido para todo ser racional. Princípio segundo o qual se deve agir em conformidade com a razão universal. Logo, o imperativo categórico ratifica “o ter de agir segundo a razão”. Resumindo, o foco da deontologia está no agir segundo a razão; enquanto que o foco do imperativo categórico está no ter de agir segundo a razão.

Por isso, a importância de se estabelecer pactos sociais, contratos sociais. Segundo Kant, há muitas pessoas no mundo que são “analfabetas morais”⁷, que são incapazes de captar algo cujo valor é intrínseco ao seu ser e, devido a essa deficiência, não são capazes de agir segundo a racionalidade prática. Nesse momento, a presença de contratos é indispensável para tornar claro qual deve ser o comportamento moral. Exemplo disso é a proposta que Kant faz em relação à paz perpétua: do ponto de vista prático, é algo que devemos sempre perseguir, pois não se resolvem problemas por meio da guerra.

Sendo assim, as necessidades básicas da vida, as questões de biotecnologia, tanto da vida humana quanto animal e vegetal precisam estar a favor dos pobres e dos mais vulneráveis, porque eles são sempre aqueles que sofrem os revezes dos erros humanos, e do desejo de riqueza e de poder. Pessini afirma a importância do referencial bioético da solidariedade, já que, segundo ele, desde o final do século XIX foi ignorado o papel das ciências humanas no contexto da bioética. Isso ocorreu porque aqui predominou a visão da cultura angloamericana, construída a partir da noção de indivíduo e de privacidade (PESSINI, 2016, p. 201-202).

É importante nos perguntarmos quais seriam os princípios morais ou as motivações que determinaram o comportamento de Jesus. Sem dúvida, que um dos critérios jesuânicos para a tomada de decisão moral era a solidariedade. Ele, no Novo Testamento, está sempre presente entre os excluídos, entre aqueles que mais sofrem e que necessitam de apoio e acolhimento. Por essa razão, a compreensão da vulnerabilidade própria do ser humano e a consequente solidariedade é um tema bastante presente na Teologia Moral no Brasil. Segundo Castillo, “a solidariedade de Jesus não se limitava aos religiosos ou aos espirituais, nem se limitava ao terreno ou ao sociopolítico. A solidariedade de Jesus abrangia as áreas da justiça: o religioso e o espiritual, o humano, o familiar, o público e o sociopolítico” (CASTILLO, 1984, p. 149). Pessini é um dos teólogos que mais trabalham o tema da vulnerabilidade e da solidariedade. Segundo ele:

A solidariedade é um conceito relacional associado à intersubjetividade, às ações comuns e às obrigações mútuas. Ele se fundamenta na nossa condição antropológica de interdependência de uns para com os outros e representa uma obrigação positiva de agir em favor do outro. Esse significado de solidariedade representa uma abordagem diferente da perspectiva individualista e da “liberdade negativa” (o direito de não sofrer interferências). Esse conceito é adotado pelos filósofos comunitaristas que veem nele uma alternativa para o individualismo reinante na

⁷ A educação e a formação em ética é algo que dever ocorrer desde o início do Ensino Fundamental I, no Brasil, a fim de evitar a vigência de “analfabetos morais”, caso contrário, nós, brasileiros, nunca seremos uma sociedade realmente humanizada.

sociedade e a falta de interesse pelos compromissos sociais e políticos (PESSINI, 2016, p. 205).

Contudo, a solidariedade só ocorre quando nos damos conta da vulnerabilidade do outro. Sem essa percepção, adentramos o mundo da adjudicação, do juízo e da condenação, atitude diametralmente oposta àquela do Jesus histórico. Por outro lado, a percepção da vulnerabilidade já está presente na própria etimologia da palavra latina que é *vulnus, eris* que significa **ferida**. Inclusive, a conexão internacional por meio das mídias sociais e do mundo digital, deixou transparecer toda a vulnerabilidade humana, já que “ser vulnerável é frequentemente o resultado de uma série de condições sociais, econômicas e políticas” (PESSINI, 2016, p. 206).

Além disso, a ideia de que a vulnerabilidade é uma condição humana universal provém de uma síntese realizado por Paul Ricoeur (1999) ao perceber as limitações corpóreas no ser humano, provenientes de sua biologia. Segundo ele, a vulnerabilidade deveria ser alçada a princípio universal por respeito à dignidade humana, porém, sempre dentro do contexto de respeito à autonomia e consentimento individual. O princípio da liberdade humana não poderia ser ultrapassado.

Para Pessini, quanto maior é a vulnerabilidade, mais pessoas devem ser imediatamente protegidas. São elas: ① crianças; ② pessoas portadoras de transtornos mentais; ③ idosos; ④ doentes em fase terminal; ⑤ doentes em estado vegetativo persistente. Ele ainda cita o artigo oitavo da Declaração da UNESCO que aborda a *vulnerabilidade especial* de pessoas e grupos: “① deficiências especiais (temporárias ou permanentes), doenças e limitações impostas pelos diversos estágios da vida humana; ② determinantes sociais, políticos e ambientais, como por exemplo, cultura, economia, relações de poder e desastres naturais”(PESSINI, 2016, p. 210-211).

2. A ética das emoções e a questão da consciência

Alguns teólogos têm debatido a questão da “maturidade emocional” por causa do contexto eclesial. Essa questão é oriunda do debate acerca do sacerdócio, que aparece vez ou outra nas grandes mídias, seja pelo suicídio de sacerdotes, seja com uma nova notícia sobre abuso sexual, seja sobre casamento de padres com filhos. É uma gama de problemas que chama a atenção das pessoas em geral e do fiel católico. Nesse sentido, teólogos e teólogas brasileiros

vêm acenando para a importância de se trabalhar em torno de um assunto premente dentro da Igreja, mas pouco discutido que é a “infantilidade emocional” do cristão. O estudo intelectual sempre foi uma característica na Igreja. No entanto, pelos fatos ocorridos discute-se a necessidade de uma mudança na formação do sacerdote e também da comunidade. França Miranda afirma que nós estamos cientes de que a Igreja Católica atravessa uma crise, mas que ainda assim necessita levar adiante a sua missão evangelizadora e transformadora da sociedade. Para tal, é importante adquirir “maturidade eclesial, que segundo ele:

Implica primeiramente uma maturidade emocional capaz de não se deixar subjugar por reações sentimentais provindas do interior da pessoa. A maturidade intelectual é outra componente da maturidade humana. A maturidade social implica em comportamentos sociais condizentes com o grupo social ao qual pertence (MIRANDA, 2011, p. 218).

Além disso, Carvalho, em seu capítulo dedicado à formação sacerdotal, afirma que os novos presbíteros “se preocupam mais com a teatralidade das celebrações e com a transformação do presbitério em um palco para exibição pessoal do que com o próprio Cristo e com o anúncio da Boa-Nova” (CARVALHO, 2018, p. 15). Esse é outro problema que demonstra a fragilidade emocional e insegurança do sacerdote que atinge diretamente o público cristão, daí a importância de se levar a sério o estudo das emoções e incentivar o autoconhecimento afetivo a fim de aprofundar a autoconsciência e o discernimento moral.

Faz-se necessária, portanto, uma formação mais humanizante, que leve em consideração os afetos, as emoções, os sentimentos, a história pessoal de cada um de nós. Afinal, a ação moral no cotidiano ocorre numa coordenada de tempo e de espaço preciso, e muitas das motivações de nossas ações acabam ocorrendo por impulso ou pelo influxo das emoções. Logo, não trabalhar e elaborar o autoconhecimento emocional, como parte constituinte do ser humano é caminhar para nunca se obter um desenvolvimento da autoconsciência e conseqüente mudança no comportamento ético, já que, às vezes, não há uma combinação entre pensamento e emoção, pois pensamos de um jeito e sentimos de outro.

Outro autor importante que reflete sobre as emoções é Cazarotto ao tratar do papel neurobiológico das emoções. Ele se pergunta: “É até um pouco estranho que chamemos uma pessoa afetivamente equilibrada de uma pessoa afetivamente madura. Por que não falamos de *adulterz psicoafetiva*? Porque o termo não existe em português” (CAZAROTTO, 2011, p. 192).

Ele trabalha com a ideia de que para lidarmos com as emoções, faz-se necessário inserirmos a nossa corporeidade nos âmbitos biológico, cultural e psicológico. E a Igreja não

pode se eximir de ensinar os fiéis a fazerem isso. Ele propõe que pensemos na área da neuroendocrinologia e na complexidade do ser humano, tanto na forma de uma eletrônica, quanto de uma bioquímica. Segundo ele:

De um lado temos os neurônios – o sistema nervoso – que funcionam como que na forma de conexões elétricas e, de outro lado, temos os hormônios – o sistema glandular, que funciona de modo mais difuso. Mas o meu sistema endócrino, a partir da pituitária, já dispara a sua reação preparando o meu organismo ou para uma luta ou para uma fuga; o coração acelera, o fluxo sanguíneo se amplia, injeta-se açúcar no sangue, reduz-se a presença de sangue nas áreas desnecessárias para a luta (estômago e intestino) e etc. O meu organismo foi invadido por produtos bioquímicos de ordem glandular que agora necessitam de tempo para serem digeridos. Temos a adrenalina CAZAROTO, 2011, p. 199).

Nesse sentido, as emoções corresponderiam a uma estrutura ou dimensão psicológica muito antiga e de importância central na vida psíquica humana. Coelho, por sua vez, dedica-se a esse tema e afirma a necessidade da formação da consciência. “É preciso educar a pessoa, além de dar-lhe a liberdade de escolha, para que ela opte pelo bem e pela verdade. O ponto de vista da pessoa sábia fornece o critério para a escolha correta (COELHO, 2018, p. 55).

Outrossim, Gallian apresenta o problema de uma terapêutica humanizadora, que inclua a ampliação do conceito de razão, exigindo assim, o desenvolvimento de uma interdisciplinaridade, além de harmonizar as diversas áreas das ciências humanas e naturais, com o intuito de incorporar todas as dimensões da vivência humana. Essa compreensão ele a extraiu ao ler Bento XVI:

Em diversas intervenções e discursos, Bento XVI ao se referir às manifestações mais marcantes da cultura contemporânea, o faz, precisamente, como *sintomas* de um contexto patológico. Concomitantemente com os inegáveis progressos no campo científico-tecnológico e no econômico-social, o homem da civilização pós-moderna experimenta, paradoxalmente, um sentimento de *solidão* e *abandono*, característico do mundo globalizado. Se, por um lado, as desigualdades e a exploração econômica explicam a desolação de milhões, por outro, a carência de valores e sentido de vida acabam por lançar outra importante parcela da humanidade na “angústia que conduz ao desespero (GALLIAN, 2011, p. 123).

Segundo o Dicionário de Ética Cristã, a consciência é uma dimensão subjetiva e normativa da vida moral, ainda que possa cair em engano (LEMOINE, GAZIAUX, MÜLLER, 2013, p. 643). Essa afirmação está fundamentada na afirmação bíblica de que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança (Gn 1,26). Por outro lado, assim define o Catecismo da Igreja Católica: “A consciência moral é um julgamento da razão pela qual a pessoa reconhece a qualidade moral de um ato concreto que ele pretende fazer, está fazendo ou fez” (CIC, 1999, p. 481). Ainda assim, na formação da consciência, os católicos têm

defendido sempre, como um elemento básico e primordial, o valor e a importância do magistério eclesial (AZPITARTE, 2003, p. 192).

Dessa feita, já de imediato aparece o problema teórico da consciência: ela é o *locus* da vida moral, a instância primeva, ou é apenas o discernimento da ação correta a se realizar? Além disso, é importante que estabeleçamos a distinção entre consciência psicológica e consciência moral, já que não é porque, talvez, alguém tenha consciência de sua debilidade emocional e/ou problemas de transtorno psíquico, que ela tem consciência da sua condição moral, da sua capacidade de fazer escolhas corretas na vida, que a humanizam cada vez mais.

Nesse sentido, a consciência psicológica quer dizer estar atento e presente a si mesmo, numa condição fisiopsicológica influenciada por múltiplos fatores; enquanto a consciência moral seria a faculdade da dimensão racional do ser humano, cuja função é aquela de fazer um julgamento prático, a fim de agir corretamente, visando o valor moral da ação (CALIPARI, 2007, p. 12).

É claro que a consciência psicológica, não tem relevância ética direta na ação. Contudo, a consciência moral elabora os seus julgamentos a partir da reflexão no momento presente da decisão. Sendo assim, se a pessoa vivencia um turbilhão emocional, ou se há algum componente externo no instante da decisão moral, tal como: algum desvio por meio das drogas ou do álcool, sua ação ética fica bastante comprometida. Segundo o Dicionário de Ética Cristã, podemos distinguir essa diferença:

A “consciência moral” pretende diferenciar o conhecimento do bem e do mal, exprimindo julgamentos de valor, prescrevendo, e julgando o agir não para aprovar ou para culpabilizar, mas sim, para permitir as pessoas um aprendizado no que tange a dirigir a existência em direção à humanização. Ela é uma instância singular a serviço da autodeterminação e do sentido da existência humana. Por outro lado, a “consciência psicológica” é a presença diante de si mesmo. Trata-se da consciência imediata que acompanha todas as sensações, percepções e ações, além da capacidade de autocrítica. O problema da diferenciação entre as duas é que a primeira busca uma transcendência reacional e, portanto, na horizontalidade; enquanto a segunda diz respeito à uma transcendência individual e vertical. Logo, se um cristão afirma estabelecer um diálogo com Deus, na horizontal, sem testemunhar horizontalmente, podemos afirmar que não houve, na verdade, o diálogo com Deus, mas apenas um monólogo (LEMOINE, GAZIAUX, MÜLLER, 2013, p. 643).

Ao tratarmos da questão da consciência moral, somos levados a abordar os domínios mais fundamentais da vida individual e coletiva. Segundo Valadier (2014, p. 6-7), debater acerca da consciência significa abordar a natureza da vida moral propriamente dita em seu lugar central, a decisão: a escolha que uma pessoa faz e que deve prestar conta a si mesma, aos outros e a Deus. Trata-se de uma escolha sempre precária, arriscada e difícil, por isso é

um problema antropológico de suma importância. Ela impõe a necessidade de optar entre as possibilidades e escolher aquela que parece menos perigosa, e no caso do cristianismo, aquela que agrada a Deus. Nesse sentido, Zacharias afirma:

Ser teólogo moralista hoje significa renunciar definitivamente a fazer da teologia moral uma casa eterna em que em que se pode morar sempre”, já que a teologia moral parte da realidade concreta em que as pessoas vivem e retornam a essa mesma realidade para transformá-la à luz da palavra de Deus (...) no estudo-ensino da teologia moral deveria ter prioridade a formação da consciência. Formar a consciência significa capacitar para agir de forma autonomamente responsável, enfrentar as situações com discernimento e bom senso, preservar a liberdade quando ela puder ser negociada, comprada ou ameaçada (ZACHARIAS, 2015, p. 318).

3. Verdade e discernimento

Outro tema importante para a teologia moral no Brasil e que deu origem a algumas publicações diz respeito à questão da verdade e conseqüente discernimento moral. Afinal, como discernir um evento moral sem que ele esteja associado à realidade?

Distintamente de outras religiões, o cristianismo tem na história seu traço fundamental e decisivo. Isso ocorre porque os Evangelhos narram acontecimentos históricos ocorridos entre pessoas em determinados lugares. Dentre estes, o de suma importância é o fato de haver Deus entrado na história e ter-se feito Homem. O fato de Deus ter estado presente numa dada coordenada de tempo e espaço⁸ leva à necessidade de verificação histórica. Não é um Deus tão somente transcendente⁹, mas também, imanente e, por isso, histórico. Sendo assim, para que o cristianismo seja crível faz-se necessário que se possa chegar até o Jesus da história por meio dos evangelhos.

⁸ Em Filosofia afirma-se que ente é tudo aquilo passível de ser apreendido pelos cinco sentidos, se encontra numa coordenada de tempo e espaço e possui uma figura que o delimita num processo de individuação. Esta é a definição tanto aristotélica para ente, como kantiana para objeto. Todo ente ou objeto é um indivíduo, uma individuação. Sua extensão não é ilimitada, mas sim circunscrita por uma figura. Sendo assim, o que nos dista do Jesus da história é o tempo e o lugar (coordenada de tempo e espaço). Se estivéssemos no mesmo lugar e ao mesmo tempo, que Jesus, nós o teríamos visto e estado com ele. Esta marca proveniente da realidade ôntica (imanente) na qual o cristianismo encontra o seu fundamento (Deus encarnado) é toda a sua força, mas também “sua fragilidade”. Fragilidade, porque necessita de confirmação e credibilidade histórica. Força, porque universaliza, não exclui ninguém. Todo e qualquer Homem que estivesse ao mesmo tempo e no mesmo lugar que Jesus, ainda que lhe faltasse um dos órgãos sensoriais, ainda teria os outros quatro para se aperceber da presença de Jesus diante de si.

⁹ A realidade transcendente ou ontológica não é passível de ser percebida, captada *plenamente* pelos órgãos sensoriais humanos, mas pode ser pensada, inteligida e comunicada. No entanto, esta dinâmica do pensamento ocorre a nível subjetivo e, não, objetivo como é o caso da dimensão ôntica da realidade. Daí o impedimento da universalização aqui e o perigo do subjetivismo que sempre se avizinha.

Nesse sentido, posto que Jesus não escreveu nada sobre os eventos que ele vivenciou, e posto que o gênero literário “Evangelho” não é um livro de ciência histórica, faz-se mister demonstrar, provar a continuidade entre o Jesus histórico e o Cristo querigmático. O Jesus da história e o Cristo do querigma têm que ser um só e o mesmo, caso contrário, está invalidado o fundamento no qual o cristianismo se assenta. Se Jesus não é Deus encarnado, cai por terra o modelo trinitário do monoteísmo cristão. Continuar-se-ia assim no monoteísmo judaico e o cristianismo teria sido uma mera invenção ou fantasia de uma comunidade de crentes.

Segundo Júnior, um dos grandes problemas da Igreja Católica hoje no Brasil é que há um distanciamento das raízes evangélicas das primeiras comunidades em relação às atuais. Segundo ele, isso ocorreu devido ao completo esquecimento do Jesus Histórico. O fiel católico não sabe quem foi o Jesus Histórico. Simplesmente vivencia a fé desde o Cristo querigmático. Ele não compreende o que seja o “seguimento de Jesus”. Daí que o afastamento da realidade, para o católico, já ocorre antes mesmo da própria vivência da fé. Portanto, essa fé querigmática em elo com o seguimento de Jesus acarreta um discernimento moral frágil. Assim, conforme Júnior:

A prática do discernimento espiritual, vinculada à direção ou ao acompanhamento espiritual, é patrimônio vivo e criativo de toda a comunidade eclesial, quiçá de toda a humanidade através dos tempos (...) A prática do discernimento espiritual mediante suas modalidades faz parte do processo vital década cristão e é responsabilidade década comunidade (JÚNIOR, 2018, p. 83-84).

Contudo, sem a inserção do Jesus histórico nesse processo de discernimento espiritual e moral, resta o rigorismo, o legalismo e o moralismo que engessam a comunidade, levando a situações de fingimento e hipocrisia, no intuito de esconder a fragilidade pessoal.

O **rigorismo** foi uma tentação da moral cristã, já que ela foi considerada, durante séculos, a autêntica moral cristã. O rigorismo dos séculos XVII e XVIII, na verdade, é um acontecimento intraeclesial, com dimensões teológicas, espirituais e vivenciais. Segundo Quantin:

Foi um esforço da igreja por e controlar comportamentos e interiorizar suas normas sociais e religiosas. Trata-se de um movimento muito amplo que se manifesta, ao menos desde o século XVII ao XVIII, tão complexo e tão diferente de um país ao outro que é muito difícil reduzi-lo comodamente a uma fórmula (QUANTIN, 2006, p. 41).

Porém, Zacharias afirma que “rejeitar o legalismo não é o mesmo que abandonar a lei” (ZACHARIAS, 2018, p. 106). Essa é necessária no início do processo de discernimento moral, mas trata-se da expressão da infância espiritual do cristão. É necessário que avancemos

e saíamos da ignorância da Pessoa de Jesus de Nazaré, é importante que saíamos do judaísmo e entremos no cristianismo.

Romper com o legalismo significa rejeitar uma proposta de viver ancorado no passado ou reduzido ao presente (...) romper com o legalismo implica que nos projetemos em direção ao futuro como possibilidade de realização da nossa opção fundamental (ZACHARIAS, 2018, p. 106).

Conclusão

Não é fácil fazer teologia pública no Brasil, principalmente para leigos e leigas. A teologia ainda está trancafiada nos muros eclesiais e presa à hierarquia. As publicações são quase sempre de livros provenientes de editoras católicas, nos quais só tem acesso quem compra nas mesmas, ou seja, restrito ao público católico.

Por essa razão, a ética teológica sofre no Brasil a fragilidade acadêmica. Alguns teólogos que lecionam em grandes universidades com pós-graduação *stricto sensu* conseguem experienciar a vida acadêmica. Recentemente, a Revista Atualidade Teológica¹⁰ abriu um dossiê específico para a Ética Teológica no segundo semestre de 2022. Contudo, pela ausência no envio de artigos, foram pouquíssimos, a Revista declinou da criação de um dossiê. Ainda não temos no Brasil uma Revista acadêmica de Ética Teológica. Nós, teólogos, temos de enviar para as Revistas existentes e esperar que quem não entende do assunto, acolha o artigo.

Além disso, levar o tema da ética do seguimento de Jesus ao público em geral, apesar de todas as limitações é bem complicado. Falta espaço público para tal. Esclarecer a importância do princípio de humanidade, que devemos preservar a criação como todo, e o ser humano, da sanha do poder econômico é papel premente de toda intelectualidade comprometida com a humanização do ser humano¹¹. Nós estamos conscientes que vivemos numa época de crise do capitalismo agonizante, que tenta sobreviver criando novos mecanismos de sedução, inventando novos produtos para o mercado consumidor, tais como a entrada do patenteamento genético seja de plantas, pessoas ou animais. Por essa razão, procuramos apresentar às pessoas a importância da Ética, do Direito e da Democracia como forças potentes que se antepõem ao desejo de tudo transformar em bem de consumo.

¹⁰ Revista de Teologia da PUC-RJ, Conceito A2 segundo a classificação da CAPES-Periódicos (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

¹¹ Haja vista o desastre devastador que ocorreu recentemente no estado do Rio Grande do Sul, fruto da falta de legislação efetiva que proteja a natureza do liberalismo econômico, despreocupado com a ecologia integral.

Por isso, apresentamos três temas neste artigo: o de bioética, no qual pautamos a questão da pobreza e sua exclusão na participação da riqueza da nação; apresentamos o problema da fragilidade emocional, porque é necessário que a humanidade dê um passo além e se torne menos consumista e mais ética. Sabemos que o desequilíbrio psicológico dificulta não só o discernimento, como também a ação moral; e tratamos da questão do reconhecimento da vulnerabilidade nos seus mais diversos níveis e da consequente solidariedade com os mais necessitados, os mais sofridos do planeta terra.

Referências

- ANJOS, M. F dos. *Argumento moral e aborto*. São Paulo: Loyola, 1976.
- ANJOS, M. F dos. “Bioética a partir do Terceiro Mundo”. In: *Temas Latinoamericanos de Ética*. Vol 3. Aparecida: Santuário, 1988, p. 215.
- AZPITARTE, E. L. *Hacia una nueva visión de la ética cristiana*. Bilbao: Sal Terrae, 2003.
- CALIPARI, M. “Conciencia y discernimiento moral”. *Vida y Ética*, año 8, n. 2, p. 11-22, diciembre 2007.
- CARVALHO, H. R. de. “Estilo profético de vida: de senhores da fé a servidores da alegria”. In: TRASFERETTI, J. A.; MILLEN, M. I. de C.; ZACHARIAS, R. *Formação: desafios morais*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 11-32.
- CASTILLO, J. M. *El discernimiento cristiano: por uma consciência crítica*. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1984, p. 127-150, p. 130-131.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Vozes; Loyola, 1999.
- CAZAROTTO, J. L. “A ritualística e as afeições humanas: o papel das emoções nas relações, lembranças e falas”. In: ABREU, E. H.; ZACHARIAS, R. (Orgs.) *Teologia da Criação e marcos do magistério de Bento XVI: por uma autêntica maturidade eclesial*. São Paulo: Paulus: Unisal, 2011, p. 189 – 215.
- COELHO, M. M. “Confidencialidade e transparência: a responsabilidade e o compromisso com a verdade”. In: TRASFERETTI, J. A.; MILLEN, M. I. de C.; ZACHARIAS, R. *Formação: desafios morais*. São Paulo: Paulus, 2018, p. 49 – 79.
- GALLIAN, D. M. C. “A cultura contemporânea na clínica de Bento XVI: as patologias da modernidade e a terapêutica da humanização”. In: ABREU, E. H.; ZACHARIAS, R. (Orgs.)

Teologia da Criação e marcos do magistério de Bento XVI: por uma autêntica maturidade eclesial. São Paulo: Paulus; Unisal, 2011, p.120-137.

JÚNIOR, S. A. B. “A vida espiritual: do acompanhamento ao discernimento à qualidade da relação”. In: TRASFERETTI, J. A.; MILLEN, M. I. de C.; ZACHARIAS, R. *Formação: desafios morais.* São Paulo: Paulus, 2018, p. 81- 96.

KANT, I. *A fundamentação da Metafísica dos Costumes.* Lisboa: Edições 70, 1995.

LEMOINE, L.; GAZIAUX, E.; MÜLLER, D. (Dir.). “Conscience”. In: *Dictionnaire Encyclopedique d'éthique chrétienne.* Paris: Cerf, 2013, p. 643-668.

MIRANDA, M. de F. “Maturidade eclesial”. In: ABREU, E. H.; ZACHARIAS, R. (Orgs.) *Teologia da Criação e marcos do magistério de Bento XVI: por uma autêntica maturidade eclesial.* São Paulo: Paulus; Unisal, 2011, p. 216-252.

PESSINI, L. Exigências para uma bioética inclusiva. In: MILLEN, M. I. de C.; ZACHARIAS, R. *O imperativo ético da misericórdia.* Aparecida: Santuário, 2016, p. 199 – 219.

RICOEUR, P. *Si mesmo como um outro.* Campinas: Papirus, 1999.

QUANTIN, J-L. *El rigorismo cristiano.* Madrid: Biblioteca Autores Cristianos, 2006.

VALADIER, P. “Éloge de la conscience”. *Trento al Vaticano II: 1. Crisis de la razón y rigorismo moral em Barroco (s. XVII).* Madrid: Editorial El Perpetuo Socorro, 2014.

ZACHARIAS, R. “A difícil e fascinante arte de ensinar Teologia Moral”. In: PESSINI, L; ZACHARIAS, R. *Teologia Moral: fundamentos, Desafios, Perspectivas.* Aparecida: Santuário, 2015, p. 299-328.

ZACHARIAS, R. “Formação intelectual: A urgência de superar a douda ignorância”. In: TRASFERETTI, J. A.; MILLEN, M. I. de C.; ZACHARIAS, R. *Formação: desafios morais.* São Paulo: Paulus, 2018, p. 97-121.

Data de submissão: 30/05/2024

Data de aprovação: 05/07/2024